



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

CONTRATO 0105841

Processo nº 0000094-29.2022.4.06.8000

Inexigibilidade de Licitação nº 17/2022

CONTRATO Nº 072/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM GRUPO MOTOR-GERADOR PARA O DATACENTER DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS E A EMPRESA **DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO**, sediado na Av. Álvares Cabral, nº 1805 - Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CNPJ nº 47.784.477/0001-79, neste ato representado pelo Diretor-Geral, Edmundo Veras dos Santos Filho, por delegação da Portaria TRF6-Presi 48 (0048514), de 19/09/2022, doravante denominada CONTRATANTE, e como CONTRATADA a empresa **DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA**, com registro no CNPJ/MF sob o nº 19.859.784/0001-36, com sede Rodovia Anel Rodoviário Celso Melo de Azevedo, nº 500, Belo Horizonte - Olhos D'água - MG - 30.390-515, neste ato representada por seus representantes, os Srs. Adilson Fernandes dos Santos - CPF: 531.239.646-04 e Roberto Galinari da Costa Faria - CPF: 914.066.256-04, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em grupo motor-gerador, marca Cummins Brasil Ltda, responsável por manter o funcionamento do *Datacenter* do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, observando o disposto nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 0000094-29.2022.4.06.8000, Inexigibilidade de Licitação nº 17/2022, Lei nº 8.666/1993, Portaria Presi 126/2022 de 25/04/2022 do TRF1 e ainda, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - LICITAÇÃO: os serviços ora contratados foram objeto de Inexigibilidade de licitação Nº 17/2022 nos termos do art. 25 I da Lei 8.666/93. O presente contrato vincula-se ao referido certame, bem como à propostada CONTRATADA, apresentada em 05/09/2022, e ao Termo de referência e anexos, **id 0009754**, independentemente de transcrição e no que a este não contraditar.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO: A presente contratação, em caráter continuado, tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em grupo motor-gerador, marca Cummins Brasil Ltda, responsável por manter o funcionamento do *Datacenter* do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, instalado no 5º andar do edifício Antônio Fernando Pinheiro, situado na Av. Álvares Cabral, nº 1805, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, durante os períodos de falta de energia.

CLÁUSULA TERCEIRA - FINALIDADE: A finalidade do serviço contratado consiste em garantir a continuidade das cargas do nobreaks e aumentando a autonomia de funcionamento dos equipamentos e sistemas que atendem ao Tribunal e Subseções Judiciárias.

CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO, GARANTIA DOS SERVIÇOS E GESTÃO CONTRATUAL - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, em especial, nos itens **3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS** e **5. FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato, especialmente no **item 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato, especialmente no **item 6. OBRIGAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados na natureza de despesa 339039-17 (Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos) e para aquisição de materiais: 339030-25 (Material para Manutenção de Bens Móveis), e Julgamento de Causas na Justiça Federal - na 6ª Região da Justiça Federal (PTRES 205444).

§ 1º: será emitida Nota de Empenho específica à conta da dotação explicitada no caput, para atender as despesas iniciais oriundas desta contratação.

§ 2º: Para os exercícios futuros, as despesas decorrentes deste contrato, correrão à conta da dotação orçamentária própria, destinada a atender despesas de mesma natureza, extraindo-se o respectivo empenho.

CLÁUSULA OITAVA - PREÇO: Pela execução dos serviços, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$1.339,22 (um mil trezentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos) pela manutenção preventiva **nível A** e o valor de R\$ R\$ 3.617,75 (três mil e seiscentos e dezessete reais e setenta e cinco centavos) pela manutenção semestral **nível B**, totalizando o montante anual estimado de R\$ 23.306,14 (vinte e três mil trezentos e seis reais e quatorze centavos), id. 0079047.

Parágrafo Único: incluem-se na remuneração prevista no caput todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas verificadas para a execução dos serviços contratados, inclusive mão-de-obra comum, técnica, especializada e de supervisão, transporte de empregados, utilização de ferramentas e de instrumentos especiais necessários à correção dos serviços.

CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO: executados os serviços, a CONTRATADA encaminhará Nota Fiscal de Serviços, **emitida a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço**, de acordo com o empenho.

§1º: Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente declarada pela CONTRATADA ou mediante ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, em até 5 (cinco) dias úteis, para valor inferior ou igual R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior. **O prazo será contado a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo Gestor do Contrato.**

§ 2º: Por ocasião do pagamento, serão conferidos os documentos da CONTRATADA relativos às obrigações sociais (CND - Certidão Negativa de Débito Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - RFB/PGFN; CRF - Certificado de Regularidade com o FGTS, e CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/TST), que demonstrem a situação regular da empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

§ 3º: Constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA será notificada por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da

contratante.

§ 4º: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

§ 5º: Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

§ 6º: Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

§ 7º: Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

§ 8º: Caso a CONTRATADA seja optante pelo "SIMPLES" deverá apresentar, também, Declaração de Opção pelo SIMPLES original, em conformidade com o Anexo IV da Instrução Normativa/RFB n. 1234/2012, assinada pelo representante da empresa, e referente ao recolhimento de impostos naquela modalidade.

§ 9º: Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos à retenção na fonte, quando couber, dos seguintes tributos:

1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e
3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE: O preço contratado não será reajustado até que transcorra o prazo de 12 (doze) meses, a contar de 05/09/2022, data de apresentação da proposta, conforme legislação vigente, ressalvada a previsão contida no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, relativamente à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Parágrafo único: Fica estabelecido para efeito do reajuste de que trata esta Cláusula, a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE, ou na hipótese de extinção deste por outro índice que venha a substituí-lo, contada a partir da data de apresentação da proposta, conforme o *caput* desta Cláusula, observando que esta variação poderá ser *pro-rata* em função da data da proposta.

CLÁUSULA ONZE - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES: A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, assim como as supressões superiores a esse limite, desde que resultantes de acordo entre as partes (Parágrafos 1º e 2º, art. 65, da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DOZE - SANÇÕES: As sanções relacionadas à execução deste contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, especialmente no item 8. **DAS SANÇÕES.**

CLÁUSULA TREZE - RESCISÃO: A inadimplência às cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da CONTRATADA, assegura à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, nos termos e nas condições previstas nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: este contrato poderá ser rescindido, ainda, amigável ou judicialmente, consoante o disposto no art. 79, incisos II e III da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUATORZE - VIGÊNCIA: este contrato vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser sucessivamente prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses conforme previsto no art. 57, II da Lei n. 8.666/93.

Parágrafo único: caso a CONTRATADA não tenha interesse em prorrogá-lo deverá notificar, por escrito, à CONTRATANTE com antecedência mínima de **90 (noventa) dias** do término de cada período contratual vigente.

CLÁUSULA QUINZE - Integra a este contrato as disposições referentes à Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos do item **9) PROTEÇÃO DE DADOS** do Termo de Referência

CLÁUSULA DEZESSEIS - PUBLICAÇÃO: este contrato será publicado em forma de extrato, na Imprensa Oficial, na conformidade do disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DEZESSETE - FORO: É competente o Foro Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais para dirimir as questões oriundas deste contrato.

CLÁUSULA DEZOITO - DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

E, contratados, lavram o presente termo contratual, que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelas partes digitalmente, para um só efeito.

EDMUNDO VERAS DOS SANTOS FILHO
Diretor-Geral
Tribunal Regional Federal da Sexta Região.

ADILSON FERNANDES DOS SANTOS
Distribuidora Cummins Minas Ltda.



**6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SER
GRUPOS GERADORES - Nº CPM: N169 REV 01**

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 19.859.784/0001-36, e Nº. 062.206.887-0079, situada na Rodovia Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, nº 500- Bairro Olhos D'água, Belo Horizonte – MG.

CONTRATANTE: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS	CPM: N169_rev01
Endereço: Av. Álvares Cabral, 1805, Fórum M. Oscar Saraiva	Bairro: Santo Agostinho
Cidade: Belo Horizonte	CEP: 30.170-001
CNPJ: 05.452.786/0001-00	I.M.: N/A
Fone/e-mail: (31) 3337-3267 / victor.barrozo@trf1.jus.br	Contato: Victor Barrozo M

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO EM QUE OCORRERÁ A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

	Grupo Gerador:
Marca - Modelo	Cummins - C170 D6 4
Série G. Gerador:	K12T025453
Série motor:	36414437
Controle Gerador:	PCC 3.3
Regime trabalho:	Emergência

OBJETIVO

Por meio do presente aditivo contratual as partes acima identificadas resolvem em comum acordo, alterar o contrato original condições abaixo discriminadas.

DESCRIÇÃO DO PREÇO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. As alterações introduzidas passarão a vigorar no período de 16/11/2022 a 15/10/2023.
2. Para a prestação de serviços de manutenção preventiva nível A, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CON de R\$ 1.339,22 (Um Mil e Trezentos e Trinta e Nove Reais e Vinte e Dois Centavos) mensal, via depósito bancário durante vigência, conforme Cláusula 1 deste Termo Aditivo.
3. 3. Para a prestação de serviços de manutenção preventiva nível B, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CC de R\$ R\$ 3.617,75 (Três Mil e Seiscentos e Dezessete Reais e Setenta e Cinco Centavos) semestral, via depósito bancar de vigência, conforme Cláusula 1 deste Termo Aditivo.
4. 4. A CONTRATADA emitirá fatura a cada primeiro dia útil do mês subsequente à execução dos serviços, com prazo de pa dias.
5. Em caso de manutenção corretiva, ou visitas não programadas (solicitações de emergência), será cobrada a razão de:
 - 5.1. Homem-Hora Normal: R\$ 155,00/ Hora (cento e cinquenta e cinco reais) por hora;
 - 5.2. Homem-Hora Extra: R\$ 290,00 / Hora (duzentos e noventa reais) por hora;
 - 5.3. Horas de Deslocamento: Serão cobradas nas visitas extras, conforme valores acima, e o deslocamento à razão de R\$ 1,5 cinquenta centavos) por Km rodado, contados a partir do endereço da CONTRATADA ao endereço da CONTRATANTE.
 - 5.4. Considera-se hora normal o expediente compreendido entre 08:00 horas às 18:00 horas de Segunda à Sexta-feira, excetu e feriados;
 - 5.5. Considera-se hora extra o expediente fora do horário normal de segunda à sexta-feira e às 24 (vinte e quatro) horas dos s e feriados;
 - 5.6. A fatura da mão-de-obra (hora homem normal e hora extra) deverá ser paga normalmente junto com a cobrança mensal;
6. Software Cummins "InPower Pro", utilizado para parametrizações e monitoramento dos controladores Cummins de Grupo painéis de transferência.
7. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições comerciais do contrato original, que não foram expressamente este termo aditivo.
8. Por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Belo Horizonte/MG, 30 de agosto de 2022.

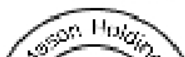
DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA.
CNPJ: 19.859.784/0001-36

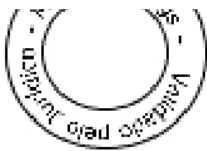
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MIN/
CNPJ: 05.452.786/0001-00

Testemunhas

Nome: Matheus Barcelos Viana
CPF: 103.882.516-46

Nome: Victor Barrozo Meireles
CPF:





11/10/2022 17:22

SEI/TRF6 - 0009754 - Termo de Referência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em grupo gerador marca Cummins Brasil Ltda, responsável por manter o funcionamento do *Datacenter* Tribunal Regional Federal da 6ª Região, instalado no 5º andar do edifício sede, durante os períodos de falta de energia.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O grupo gerador atende ao *Datacenter* do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, garantindo-se a continuidade das cargas dos nobreaks e aumentando a eficiência do funcionamento dos equipamentos e sistemas que atendem ao tribunal e subseções judiciais.

Trata-se de uma atividade crítica, uma vez que a ocorrência de falhas dos equipamentos acarretar em descarregamento dos nobreaks e o desligamento abrupto de servidores, incluindo o risco de perda de dados e danos aos equipamentos.

O contrato nº 034/2020 foi prorrogado somente até 15/11/2022 em virtude da necessidade de contratação utilizada quando da celebração (Art. 24, I, da Lei nº 8.666/1993), de forma a permitir a contratação que atenda às necessidades do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Por tudo exposto, busca-se com a presente contratação:

- a. Manter a boa conservação e funcionalidade dos equipamentos do grupo motor-gerador, caráter indispensável para sustentação das aplicações informatizadas e dos equipamentos do *Datacenter* da Seccional;
- b. Garantir a continuidade das atividades jurisdicionais e administrativas dependentes dos equipamentos informatizados instalados no *Datacenter* da Seccional;
- c. Minimizar o risco de perda de dados decorrentes da interrupção abrupta do fornecimento de energia elétrica;
- d. Aumentar a autonomia de operação do *datacenter*, uma vez que o grupo gerador mantém o funcionamento das baterias dos nobreaks;
- e. Prolongar a vida útil do grupo gerador e dos nobreaks que atendem ao *Datacenter* da Seccional;
- f. Verificar e substituir regularmente os componentes como óleo lubrificante, filtros, correias, e assim, de forma a garantir o bom funcionamento dos equipamentos.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS



Fornecimento de mão de obra especializada para realização de manutenções preventivas, corretivas e emergenciais, em um grupo motor-gerador fabricados pela Cummin modelo C170D64, contemplando as seguintes atividades:

https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=33699&infra_sis

11/10/2022 17:22

SEI/TRF6 - 0009754 - Termo de Referência

3.1. As execuções de manutenções preventivas de Nível A deverão ser realizados mensalmente os seguintes serviços:

3.1.1. Sistema de Alimentação:

3.1.1.1. Tanque de Combustível: verificação do nível do óleo diesel, identificação e reparação de vazamentos nas conexões;

3.1.1.2. Filtro de diesel: drenagem;

3.1.1.3. Bomba injetora: Inspeção de vazamentos do pré-filtro e atuador.

3.1.2. Sistema de lubrificação:

3.1.2.1. Lubrificação: verificação do nível do óleo lubrificante;

3.1.2.2. Filtros: Inspeção;

3.1.2.3. Vazamentos: reaperto em geral e correção de vazamentos;

3.1.2.4. Pressão: verificação e indicação de pressão do óleo.

3.1.3. Sistema de Arrefecimento:

3.1.3.1. Radiador: verificação do nível d'água, concentração DC-4, mangueiras e reparação de vazamentos;

3.1.3.2. Filtros: Inspeção

3.1.3.3. Correias: ajustes de tensão e posicionamento;

3.1.3.4. Ventilador: reaperto;

3.1.3.5. Bomba d'água: verificação do funcionamento e reaperto;

3.1.3.6. Temperatura d'água: medição da temperatura da água refrigerante.

3.1.4. Sistema de Ar:

3.1.4.1 Filtros: Inspeção;

3.1.4.2. Cabos: reaperto e revisão dos cabos de força (do gerador);

3.1.4.3. Excitatriz/Regulador Automático de tensão: inspeção, ajuste e medição de ganho e estabilidade.

3.1.5. Quadro de comando:

3.1.5.1. Regulador de velocidade: ajustes e medição de frequência, ganho e estabilidade;

3.1.5.2. Sensor de sobre velocidade: ajustes, testes e medições;

3.1.5.3. Retificador de bateria: medição e ajuste na tensão e corrente de carga e substituição;

3.1.5.4. Relés e fiação: inspeção geral;

3.1.5.5. Medidores: aferição do voltímetro, amperímetro, e frequencímetro.

3.1.6. Sistema elétrico do motor:



https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=33699&infra_sis

- 3.1.6.1. Bateria: medição da tensão e densidade dos vasos;
- 3.1.6.2. Fiação: revisão e reaperto dos terminais e bornes;
- 3.1.6.3. Sensores: reaperto e simulação de defeitos de: temperatura alta arrefecimento, pressão baixa do óleo e nível baixo da água do radiador;
- 3.1.6.4. Pré-aquecimento: inspeção do aquecimento do bloco
- 3.1.6.5. Sensor de sobre velocidade: ajuste e simulação de defeito;
- 3.1.6.6. Painel: inspeção de fiação e revisão dos medidores e relés;

11/10/2022 17:22

SEI/TRF6 - 0009754 - Termo de Referência

- 3.1.6.7. Teste a vazio do equipamento;
- 3.1.6.8. Teste com carga.

3.1.7. Controladora

- 3.1.7.1. Testes de operação com ligação e desligamento do sistema;
- 3.1.7.2. Testes do painel touch screen e dos botões de contato;
- 3.1.7.3. Registro da manutenção no *software* de controle (Cummins InPower) todas as parametrizações e monitoramento dos controladores Cummins de Grupo e painéis de transferência.

3.2. Os serviços de manutenções preventivas de Nível B deverão ser realizados uma vez a cada 6 meses de funcionamento do grupo motor-gerador ou a cada 6 meses de uso. Assim, a causa que o determinará o momento de realizar as manutenções preventivas de Nível B;

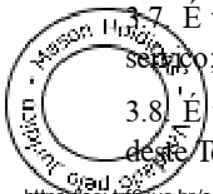
3.3. Nas manutenções preventivas de Nível B deverão ser realizadas as manutenções preventivas de Nível A e também os seguintes serviços, incluindo os materiais necessários:

- 3.3.1. Troca do óleo lubrificante;
- 3.3.2. Troca do filtro de óleo lubrificante;
- 3.3.3. Troca dos filtros de combustível;
- 3.3.4. Troca do filtro de água;
- 3.3.5. Troca do filtro de ar;
- 3.3.6. Troca das correias;
- 3.3.7. Troca do líquido de arrefecimento;
- 3.3.8. Inspeccionar restrição do filtro de ar;
- 3.3.9. Sistema de admissão de ar:
 - 3.3.9.1. Verificar pontos de atrito;
 - 3.3.9.2. Verificar pontos de desgaste;
 - 3.3.9.3. Verificar danos na tubulação;
 - 3.3.9.4. Verificar braçadeiras soltas;
 - 3.3.9.5. Verificar braçadeiras externas;
 - 3.3.9.6. Verificar vazamentos;
 - 3.3.9.7. Verificar restrições.

3.4. Os materiais envolvidos nas manutenções deverão ser substituídos caso apresentem in antes da data prevista para a próxima troca, salvo se provocados por falha no equipamento n às manutenções;

3.5. Os serviços de manutenções emergenciais e corretivas deverão ser realizados de acor apresentadas no equipamento, mediante solicitação da Justiça Federal;

3.6. Caso sejam necessárias peças de reposição para reparo do grupo motor-gerador para a corretivas e emergenciais, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento e aguardar a Justiça Federal para execução dos serviços;



3.7. É vedada a subcontratação dos serviços e cessão ou transferência total ou parcial da serviço;

3.8. É vedada também a subcontratação, ainda que parcial, e no que for permitido, dos s deste Termo de Referência, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=33699&infra_sis

11/10/2022 17:22

SEI/TRF6 - 0009754 - Termo de Referência

3.9. A CONTRATADA deverá manter suporte via telefone de atendimento imediato para esc dúvidas quanto à operação dos equipamentos.

4. FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização do contrato resultante do processo licita responsabilidade da Justiça Federal que designará um servidor ou comissão para acompanhar a serviços contratados, cabendo a este(s) anotar(em) em registro próprio todas as ocorrências relac prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos ob

A Justiça Federal reserva-se o direito de rejeitar no todo ou em parte os servi se em desacordo com as especificações fornecidas e exigir a substituição de qualquer empregado c CONTRATADA que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços.

A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui nem reduz a respos CONTRATADA pelos danos causados à Justiça Federal ou a terceiros, decorrentes de ato ilícit do contrato, ou por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabili Federal

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Efetuar a prestação dos serviços de acordo com as especificações deste REFERÊNCIA;

Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.

Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Executo quanto à prestação dos serviços.

Observar rigorosamente as legislações trabalhistas responsabilizando-se p encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou v sobre prestação dos serviços.

Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier ca Federal ou a terceiros.

Substituir, de imediato, a qualquer tempo e por determinação do Executor de empregados de sua equipe de trabalho que não atenderem às exigências do contrato e aos padrõe

necessários ao adequado desempenho de suas funções.

Fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se por qualquer acidente que venha a ocorrer em decorrência da execução dos serviços contratados.

Comunicar, formal e imediatamente ao Executor do Contrato, todas as ocorrências ou de comprometimento da execução do objeto contratado;

Comprovar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de engenharia mecânica;

Apresentar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a Responsabilidade Técnica – ART do engenheiro responsável técnico, devidamente quitada junto ao

Comprovar possuir em seu quadro profissional de nível superior, Engenheiro Mecânico



6. OBRIGAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL

Acompanhar o contrato e avaliar os aspectos técnicos e operacionais para garantir a qualidade dos serviços prestados;

https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=33699&infra_sis

11/10/2022 17:22

SEI/TRF6 - 0009754 - Termo de Referência

Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos do serviço contratado, desde que os mesmos se apresentem devidamente identificados e uniformizados, observando as normas internas (segurança, disciplina) da Justiça Federal;

Determinar a substituição de imediato e a qualquer tempo dos profissionais CONTRATADA que não atenderem às exigências do contrato e aos requisitos e padrões necessários ao adequado desempenho das suas funções;

Prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA, na execução dos serviços;

Efetuar os pagamentos em até 5 (cinco) dias úteis, para valor inferior ou igual a R\$ 50.000,00 (dezenove mil e seiscentos reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior;

Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

7) SANÇÕES

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

7.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao serviço contratado;

Assinatura

ii) multa:

- a) moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso sobre o valor da **parcela inadimplida**, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) compensatória de 2% (dois por cento) sobre a **parcela inadimplida** do contrato de inexecução parcial do objeto ou de atraso superior aos 20 (vinte) dias úteis até 40 (quarenta) dias úteis para a prestação de garantia;
- c) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato de inexecução total do objeto ou de atraso superior aos 40 (quarenta) dias úteis para a prestação de garantia.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Justiça Federal de Primeira Instância de Minas Gerais, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública Federal consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada demonstrar a ausência dos prejuízos causados;



https://seilinfo.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=33699&infra_sis

11/10/2022 17:22

SEI/TRF6 - 0009754 - Termo de Referência

7.2.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também abrange quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

7.3 Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados para a execução do contrato, deverá apresentar justificativa por escrito, nos termos previstos nos incisos II e V, do Parágrafo Primeiro da Lei nº 8.666/93, até o vencimento destes prazos, ficando a critério da JUSTIÇA FEDERAL a aceitação.

7.3.1 Vencido(s) o(s) prazo(s) citado(s), e não sendo apresentada a justificativa, com a recusa, sendo aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas nesta Cláusula, cumulativamente.

7.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as seguintes categorias profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal ou não pagar de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos praticados.

7.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo assegurando o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/1993; na Lei nº 9.784/1999, em caráter subsidiário; bem como na Resolução CNJ 67/2015.

7.6.1 *Ad cautelam*, a JUSTIÇA FEDERAL poderá efetuar a retenção do valor prescrito antes da instauração do regular procedimento administrativo, nos termos do art. 7º, §1º da Normativa CNJ nº 67/2020.

7.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a ou recolhidos em favor da União por meio de G.R.U. (Guia de Recolhimento da União); ou garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.7.2 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pelo infrator, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme o Código Civil.

7.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da infração, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8) PROTEÇÃO DE DADOS

8.1 Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção de dados pessoais a que tiver acesso decorrente da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais.

8.2 A Contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores a respeito das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.



https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=33699&infra_sis

11/10/2022 17:22

SEI/TRF6 - 0009754 - Termo de Referência

8.2.1 Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas após o conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais acidentais ou ilícitos de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 13.709/2018 (LGPD).

8.3 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução dos fins deste instrumento e seus anexos.

8.3.1 Para os fins de publicidade e transparência ativa sobre as contratações da Seção de Contratação, o entendimento do [Parecer nº 295/2020/CONJUR-CGU/CGU/AGU](#), segundo o qual os dados na contratação de microempreendedor individual (MEI) contemplam a divulgação da pessoa física e do CPF, por serem dados que compõem, obrigatoriamente, o cadastro empresarial.

8.4 É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou divulgar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para isso, serão observadas as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes das contratações previstas na Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

8.5 Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações, não será exigida a reparação ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

8.6 Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes ser inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

8.7 A atuação da Seccional em relação aos dados pessoais dos contratados será regida p Proteção de Dados Pessoais – PPDP da Justiça Federal da 1ª Região, nos termos da [Res 49/2021](#), notadamente pelos Art. 3º, 10, 11 e 13, sem prejuízo da transparência ativa legislação vigente:

Art. 3º A PPDP se aplica a qualquer operação de tratamento de dados pessoais realizada pela Justiça Federal da 1ª Região, por meio do relacionamento com os usuários de serviços jurisdicionais e com os magistrados, servidores, colaboradores, fornecedores e terceiros, que fazem referência aos dados pessoais custodiados dessas relações.

Art. 10. Em atendimento a suas competências legais, a Justiça Federal da 1ª Região poderá, no estrito limite das atividades jurisdicionais, tratar dados pessoais com dispensa de obtenção de consentimento pelos respectivos titulares.

Parágrafo único. Eventuais atividades que transcendam o escopo da função jurisdicional estarão sujeitas à obtenção de consentimento dos interessados.

Art. 11. A Justiça Federal da 1ª Região deve manter contratações com terceiros para o fornecimento de produtos ou a prestação de serviços necessários a suas operações. Esses contratos poderão, conforme o caso, sem prejuízo da transparência ativa imposta pela legislação vigente, importar em disciplina própria de proteção de dados pessoais, a qual deverá estar disponível a ser consultada pelos interessados.



https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=33699&infra_sis

11/10/2022 17:22

SEI/TRF6 - 0009754 - Termo de Referência

Art. 13. A responsabilidade da Justiça Federal da 1ª Região pelo tratamento de dados pessoais se sujeita aos normativos de proteção de dados vigentes, além do dever de empregar boas práticas de governança e segurança.

Art. 17. O uso compartilhado de dados será realizado no cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, com organizações públicas ou privadas, de acordo com a finalidade admitida na legislação pertinente, resguardados os princípios de proteção de dados pessoais.

9) CUSTO ESTIMADO

O custo anual mínimo estimado da prestação dos serviços objeto deste Termo d de R\$ 23.306,14, conforme quadro comparativo de preços abaixo:

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS	
Fornecedores / Itens	Totais Mínimos Anuais

Distribuidora Cummins Minas Ltda.	R\$ 25.506,14
VIP Serviços Odonto Médicos Ltda.	R\$ 13.056,00
José Virgílio dos Santos Falcão e Cia Ltda.	R\$ 24.970,00
VIP Serviços Odonto Médicos Ltda.	R\$ 24.000,00
Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores Ltda.	R\$ 44.414,04
Valores Médios	R\$ 25.949,24

Heli Lopes Rios
Diretor da Subsecretaria de Infraestrutura em exercício



Documento assinado eletronicamente por **Heli Lopes Rios, Diretor(a) de Subsecre**
Administrativa em exercício, em 26/09/2022, às 20:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b"
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificado
código CRC **25506055**.

Av. Álvares Cabral, 1805 - Bairro Santo Agostinho - CEP 30170-001 - Belo Horizonte - MG
0000094-29.2022.4.06.8000



https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=33699&infra_sis